

*Institui o Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**,  
em exercício, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de serem disciplinadas as rotinas internas da Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Fica instituído o Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação, integrado por dois membros da Instituição, sendo um deles indicado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público e pelo Auditor-Geral do Ministério Público.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, que escolherá seu Presidente.

**Art. 2º** - O Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação tem a atribuição de realizar auditorias:

I - na estrutura, políticas e procedimentos dos sistemas de informação e, em especial, no controle de acesso aos sistemas de desenvolvimento, manutenção e mudança de *softwares* aplicativos, sistema de *software* e de continuidade do serviço;

II - no plano diretor de tecnologia da Informação;

III - nas atividades desenvolvidas pelos servidores de tecnologia da informação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2014.

**Alexandre Araripe Marinho**  
Procurador-Geral de Justiça, em exercício